



Use o QRCode para acessar o Caderno Cultural na Internet, com mais artigos e links citados.

Fé e Cidadania



Arte: Sergio Ricciuto Conte

Uma sociedade que busca a verdade

Núcleo Fé e Cultura

Há não muito tempo, era frequente ouvirmos que “não existem verdades, apenas narrativas diferentes”, como se essa fosse uma afirmação libertadora. A profusão de *fake news* e posições desencontradas que recentemente se abateu sobre o Brasil e o mundo mudou esse quadro. Agora, todos procuram combater a mentira (ou declaram fazê-lo). Dizem querer a verdade e acusam os adversários de mentirem ideologicamente, mas o fato é que vai se tornando cada vez mais difícil estabelecer um debate político sério a partir de dados confiáveis e de uma base de informações consensual. Vivemos um real colapso de todas as evidências que permitem que nos situemos no mundo. Não temos confiança nas informações que nos são trazidas por uns, e confiamos cegamente nas informações trazidas por outros – mas, nos dois casos, muitas vezes, nos orientamos por um fideísmo que rompe com a racionalidade e com as evidências existentes.

A política é arte de decisão. Exige que cada pessoa, da mais humilde e subalterna à mais poderosa, tome decisões continuamente sobre o que deve fazer. A tomada de decisões implica um sistema de orientação, que nos diga o que é necessário, possível e desejável – um sistema que é dado

O polêmico Projeto de Lei 2630/2020, mais conhecido como “PL das fake news”, acirrou ainda mais o debate sobre as melhores formas de combater as informações falsas e garantir o conhecimento adequado da realidade para a população. Mas se, por um lado, medidas de combate às fake news são necessárias, por outro, esse PL – como qualquer outra iniciativa humana – tem falhas e ainda pode ser melhorado em muitos pontos. Os problemas não envolvem apenas o risco de censura, mas a própria eficiência com a qual poderá efetivamente combater a mentira e proteger a verdade. Esse é um tema que exige uma reflexão aprofundada, um adequado amadurecimento e o esforço para ir sempre aperfeiçoando as providências adotadas. Os textos apresentados neste Caderno Fé e Cidadania querem ser o início de um longo percurso que devemos trilhar juntos.

pelo conjunto de informações que consideramos verdadeiras em nossa vida. Se não sabemos o que é verdade ou se nos enganamos quanto ao que é verdadeiro, todo o processo político e social fica comprometido. Por isso, a perda da verdade se torna o maior desafio político de nosso tempo. Os enfrentamentos de todos os demais desafios estão comprometidos por essa perda original. Quanto menor

nosso compromisso com a verdade, mais fácil a manipulação de nossas consciências, menor a liberdade pessoal, mais difícil o enfrentamento dos problemas materiais.

Com a velocidade e a capilaridade com que as informações são divulgadas, as providências legais precisam ser tomadas com muita rapidez – o que pode levar à truculência arbitrária e à censura. Por outro lado, nem

sempre as normas propostas se mostram eficientes para evitar a difusão de *fake news* ou mesmo de conteúdos perigosos para a segurança das pessoas (como instruções para a prática de atentados) ou o amadurecimento adequado dos jovens (como *sites* pornográficos e de pedofilia).

Além de uma regulamentação adequada, que procure superar esses desafios, precisamos de uma educação digital que prepare tanto jovens quanto adultos para usar bem a internet. Ela nos fornece, rapidamente, muitas informações, mas temos que aprender a selecioná-las, saber o que convém e o que não convém, o que é verdadeiro e o que é falso. O tempo e os recursos economizados na obtenção de informações devem ser, ao menos em parte, usados na seleção dos conteúdos e no exercício do discernimento.

Com sabedoria, o Papa Francisco observa que não gosta de decisões apressadas, que acredita ser necessário sempre um amadurecimento das ideias para que cheguemos às melhores conclusões (cf. [Entrevista a Padre Antonio Spadaro](#), 19/ago/2013). A reflexão, o amadurecimento e até a revisão do que já foi feito aqui e em outros países são essenciais para uma regulamentação eficiente das mídias sociais e da internet.

‘A verdade vos tornará livres’ (Jo 8, 32)

Mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial das Comunicações Sociais (2018)

“O melhor antídoto contra a falsidade não são as estratégias, mas as pessoas que, livres da ambição, estão prontas a ouvir e, por meio da fadiga de um diálogo sincero, deixam emergir a verdade; pessoas que, atraídas pelo bem, se mostram responsáveis no uso da linguagem”, propôs o Papa Francisco em sua **Mensagem para o Dia Mundial das Comunicações Sociais de 2018**. A seguir, apresentamos alguns trechos dessa Mensagem.

A eficácia das *fake news* deve-se, em primeiro lugar, à sua *natureza mimética*, ou seja, à capacidade de se apresentarem como plausíveis. Falsas mas verossímeis, tais notícias são capciosas, no sentido de que se mostram hábeis em capturar a atenção dos destinatários, apoiando-se sobre estereótipos e preconceitos generalizados no seio de um certo tecido social, explorando emoções imediatas e fáceis de suscitar como a ansiedade, o desprezo, a ira e a frustração. A sua difusão pode contar com um uso manipulador das redes sociais e das lógicas que subjazem ao seu funcionamento: assim os conteúdos, embora desprovidos de fundamento, ganham tal visibilidade que os próprios desmentidos categorizados dificilmente conseguem circunscrever os seus danos.

A dificuldade em desvendar e erradicar as *fake news* é devida também ao fato das pessoas interagirem muitas vezes em ambientes digitais homogêneos e impermeáveis a perspectivas e opiniões divergentes. Esta lógica da desinformação tem êxito, porque, em vez de haver um confronto sadio com outras fontes de informação (que poderiam colocar positivamente em discussão os preconceitos e abrir um diálogo construtivo), corre-se o risco de se tornar ator involuntário na difusão de opiniões tendenciosas e infundadas. O drama da desinformação é o descrédito do outro, a sua representação como inimigo, chegando-se a uma demonização que pode fomentar conflitos. Desse modo, as notícias falsas revelam a presença de atitudes simultaneamente intolerantes e hipersensíveis, cujo único resultado é o risco de se dilatar a arrogância e o ódio. É a isso que leva, em última análise, a falsidade.

Como podemos reconhecê-las? Nenhum de nós pode se eximir da responsabilidade de contestar essas falsidades. Não é tarefa fácil, porque a desinformação se baseia em discursos variados, deliberadamente eva-

sivos e sutilmente enganadores, valendo-se, por vezes, de mecanismos refinados. Por isso, são louváveis as iniciativas educativas que permitem aprender como ler e avaliar o contexto comunicativo, ensinando a não ser divulgadores inconscientes de desinformação, mas atores do seu desvendamento. Igualmente louváveis são as iniciativas institucionais e jurídicas empenhadas na definição de normas que visam a circunscrever o fenômeno, e ainda iniciativas, como as empreendidas pelas *big techs* e plataformas digitais voltadas a definir novos critérios para verificar as identidades por trás de milhões de perfis digitais.

Mas a prevenção e identificação dos mecanismos da desinformação requerem também um discernimento profundo e cuidadoso. É preciso desmascarar uma lógica, que se poderia definir como a “lógica da serpente” [...], a qual se tornou, nos primórdios da humanidade, artífice da primeira *fake news*, que levou às trágicas consequências do pecado, concretizadas depois no primeiro fratricídio (cf. Gn 4) e em inúmeras outras formas de mal contra Deus, o próximo, a sociedade e a Criação. A estratégia desse habilidoso “pai da mentira” (Jo 8, 44) é precisamente a *mimese*, uma rastejante e perigosa

sedução que abre caminho no coração do homem com argumentações falsas e aliciantes [...]

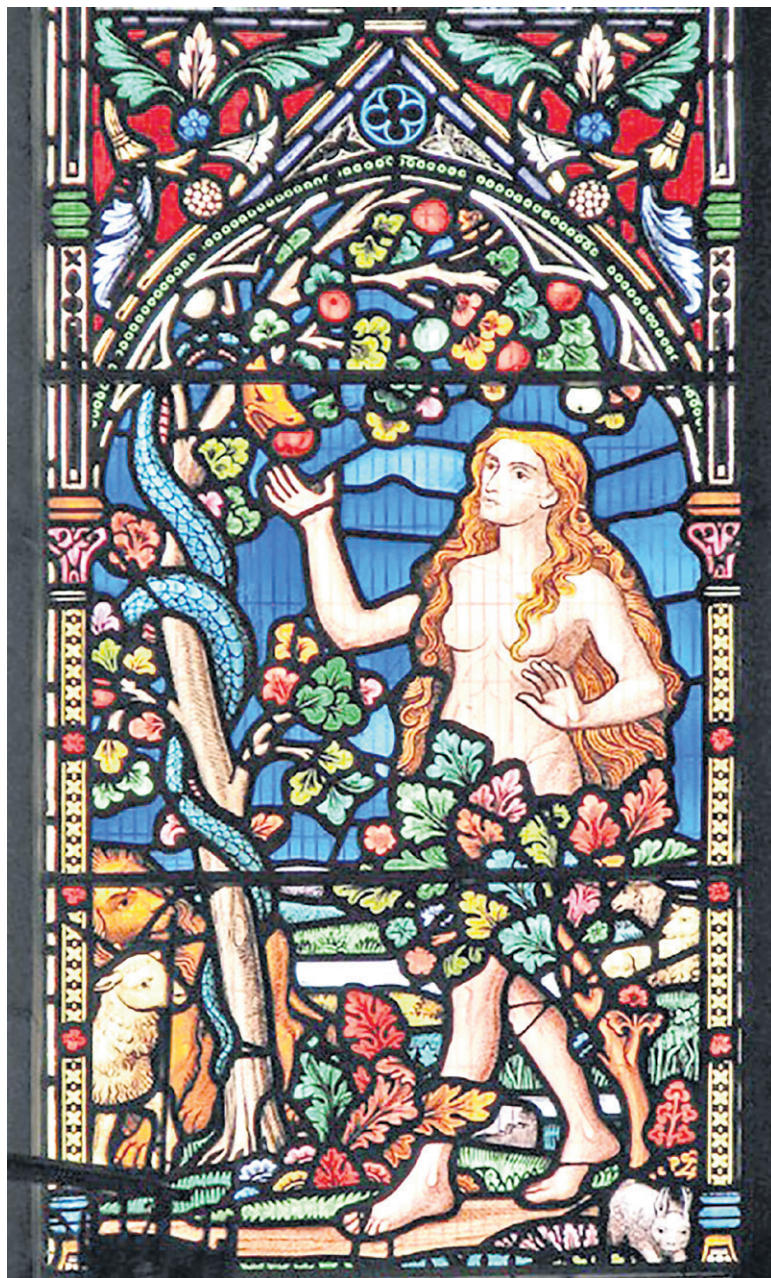
As *fake news* tornam-se frequentemente virais, ou seja, propagam-se com grande rapidez e de forma dificilmente controlável, não tanto pela lógica de partilha que caracteriza os meios de comunicação social, mas sobretudo pelo fascínio que detêm sobre a avidez insaciável que facilmente se acende no ser humano. As próprias motivações econômicas e oportunistas da desinformação têm a sua raiz na sede de poder, ter e gozar, que, em última instância, nos torna vítimas de um embuste muito mais trágico do que cada uma das suas manifestações: o embuste do mal, que se move de falsidade em falsidade para nos roubar a liberdade do coração. Por isso mesmo, educar para a verdade significa ensinar a discernir, a avaliar e ponderar os desejos e as inclinações que se movem dentro de nós, para não nos encontrarmos despojados do bem “mordendo a isca” em cada tentação.

“A verdade vos tornará livres” (Jo 8, 32) A contaminação contínua por uma linguagem enganadora acaba por ofuscar o íntimo da pessoa. Dostoiévski deixou escrito algo de notável neste sentido: “Quem mente a si

mesmo e escuta as próprias mentiras, chega a pontos de já não poder distinguir a verdade dentro de si mesmo nem ao seu redor, e assim começa a deixar de ter estima de si mesmo e dos outros. Depois, dado que já não tem estima de ninguém, cessa também de amar, e então na falta de amor, para se sentir ocupado e distrair, abandona-se às paixões e aos prazeres triviais e, por culpa dos seus vícios, torna-se como uma besta; e tudo isso deriva do mentir contínuo aos outros e a si mesmo” (*Os irmãos Karamazov*).

O antídoto mais radical ao vírus da falsidade é deixar-se purificar pela verdade. Na visão cristã, a verdade não é uma realidade apenas conceitual, que diz respeito ao juízo sobre as coisas, definindo-as verdadeiras ou falsas. A verdade não é apenas trazer à luz coisas obscuras, “desvendar a realidade”, como faz pensar o termo que a designa em grego: *alētheia*, de *a-lethēs*, “não escondido”. A verdade tem a ver com a vida inteira. Na Bíblia, reúne os significados de apoio, solidez, confiança, como sugere a raiz *aman* (daqui provém o próprio ‘Amém’ litúrgico). A verdade é aquilo sobre o qual podemos nos apoiar para não cair. Nesse sentido relacional, o único verdadeiramente fiável e digno de confiança sobre o qual se pode contar, ou seja, o único “verdadeiro” é o Deus vivo. Eis a afirmação de Jesus: “Eu sou a verdade” (Jo 14, 6). Sendo assim, o homem descobre sempre mais a verdade, quando a experimenta em si mesmo como fidelidade e fiabilidade de quem o ama. Só isso liberta o homem: “A verdade vos tornará livres” (Jo 8, 32).

Libertação da falsidade e busca do relacionamento: eis aqui os dois ingredientes que não podem faltar para que as nossas palavras e os nossos gestos sejam verdadeiros, autênticos e fiáveis. Para discernir a verdade, é preciso examinar aquilo que favorece a comunhão e promove o bem e aquilo que, ao invés, tende a isolar, dividir e contrapor. Por isso, a verdade não se alcança autenticamente quando é imposta como algo extrínseco e impessoal; mas brota de relações livres entre as pessoas, na escuta recíproca. Além disso, não se acaba jamais de procurar a verdade, porque algo falso sempre se pode insinuar, mesmo ao dizer coisas verdadeiras. De fato, uma argumentação impecável pode basear-se em fatos inegáveis, mas, se for usada para ferir o outro e desacreditá-lo à vista alheia, por mais justa que apareça, não é habitada pela verdade. A partir dos frutos, podemos distinguir a verdade dos vários enunciados: se suscitam polémica, fomentam divisões, infundem resignação ou se, em vez disso, levam a uma reflexão consciente e madura, ao diálogo construtivo, a uma profícua atividade.



Tentação de Eva, detalhe de vitral da Igreja St Mary de Castro (Leicester, Inglaterra).

Reprodução

Uma regulamentação que permita o diálogo em igualdade de condições

O controle de discursos ofensivos ou danosos às pessoas e à sociedade, na internet e nas redes sociais, é necessário. Sua função, contudo, é evitar o poder despótico de quem controla a informação – e não criar um novo poder despótico. Nas muitas situações incertas e polêmicas, o mais importante é garantir um diálogo em igualdade de condições para todos. Para as comunidades cristãs, essa situação exige uma contínua educação à busca da verdade e ao diálogo. Trata-se, evidentemente, de saber dar as razões das próprias posições e de ter o discernimento necessário para perceber onde está a falsidade. Mas só isso não é suficiente. É preciso também entender as razões do outro; saber reconhecer quando ele está certo, sem nos sentirmos agredidos ou inseguros por isso; descobrir os modos adequados de comunicar aquilo que realmente importa.

Núcleo Fé e Cultura

A liberdade de expressão, idealmente, é uma das garantias de uma sociedade livre. Contudo, num contexto assimétrico, em que alguns detêm muito mais poder que os demais, seja por recursos econômicos, força política ou acesso às mídias, pode acontecer justamente o contrário: os poderosos estabelecem um “pensamento único” ou disseminam mentiras que os demais não conseguem contestar – não por falta de argumentos, mas por falta de acesso igualitário aos meios de comunicação. Assim, muitas vezes, o pensamento hegemônico, presente em todas as esferas da vida social, não permite a justa contestação baseada na verdade. Outras vezes, dentro de grupos fechados e comunidades muito homogêneas, é um discurso interno que promove o pensamento único.

Diante da impotência frente ao discurso hegemônico, muitos se sentem no direito de criar narrativas alternativas, conformes às suas convicções, estruturadas de modo a potencializar o escândalo e a indignação, levar à repulsa de seus adversários e à adesão acrítica a suas posições. Atualmente, em qualquer parte do espectro ideológico, encontramos tanto a disseminação de *fake news* e a hegemonia de “pensamentos únicos”, nas chamadas “bolhas”, quanto pessoas realmente dedicadas a encontrar e divulgar a verdade.

Regulamentação: necessária, mas com cuidado. Nesse contexto, a necessária regulamentação das mídias e redes sociais é uma tarefa complexa, em que várias estratégias devem ser utilizadas de forma integrada. Uma dessas estratégias, mas não a única, é a criação de legislações e normas que indicam o que pode e o que não pode ser publicado nas redes sociais e nos sites; o que fazer quando uma *fake news* é identificada; como evitar abusos de poder econômico e de in-

fluência das plataformas etc. Essa regulamentação não será nunca ideal e perfeita, pois as tecnologias evoluem de forma muito rápida, criando novos desafios. Por isso, a questão não consiste em ter ou não tal regulamentação – ela sem dúvida é necessária – mas, sim, em saber quais as melhores estratégias para evitar os abusos de poder e garantir a liberdade dos usuários.

No passado, o chamado “direito de resposta” – existente na legislação brasileira e de outros países – parecia um mecanismo razoavelmente eficiente, mesmo que imperfeito. Quando uma mídia social divulga uma notícia falsa ou um comentário ofensivo sobre alguém, a vítima tem direito a um espaço equivalente naquele veículo para defender-se e uma compensação financeira quando o prejuízo já está configurado. Contudo, com a velocidade e a capilaridade com que as informações são divulgadas atualmente, o direito de resposta chega tarde demais. Além disso, não evita conteúdos perigosos, que não são falsos, mas colocam em risco pessoas e comunidades, como técnicas de suicídio ou de fabricação de bombas.

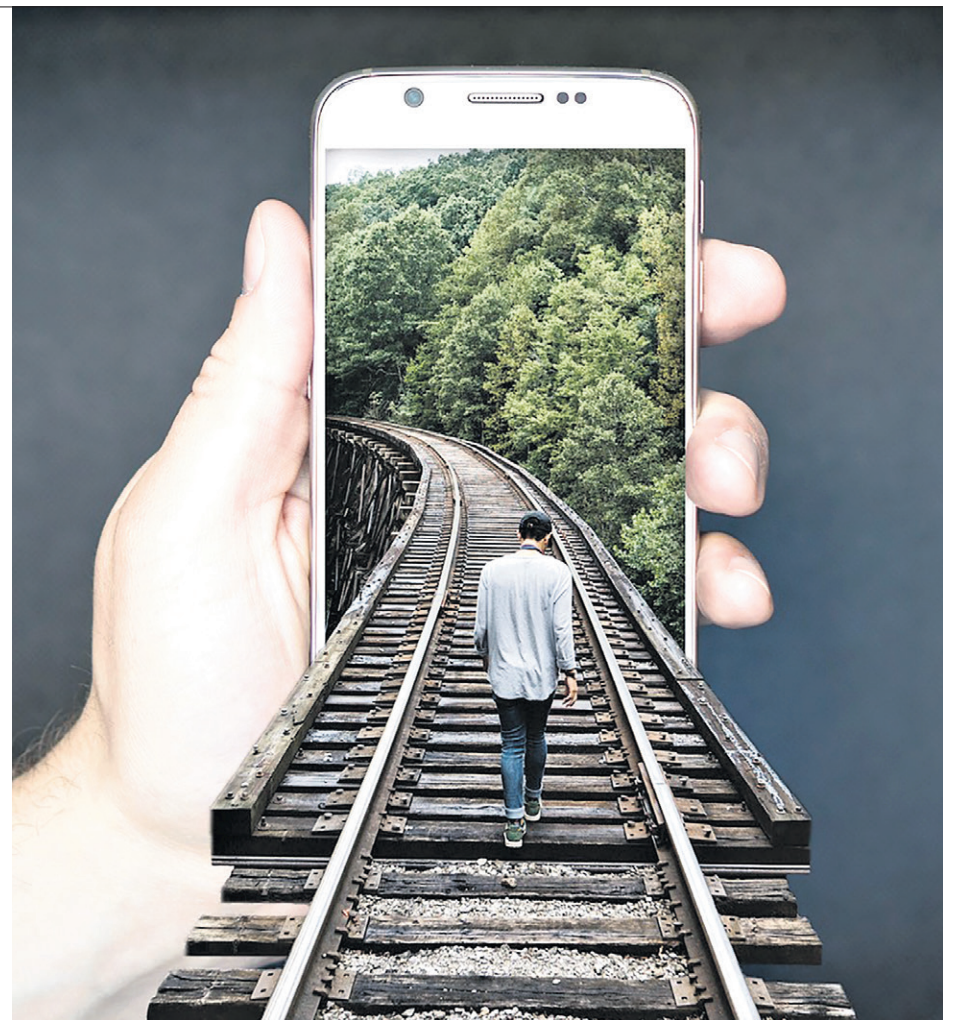
Existe sempre o perigo de que essa regulamentação se torne um instrumento de censura. Contudo, gostemos ou não, existem posições que não são consideradas lícitas na sociedade e, portanto, não podem ser admitidas na internet – como, por exemplo, a pedofilia; o extermínio de grupos étnicos, religiosos ou culturais; as ameaças à democracia; os atentados em escolas. No extremo oposto, encontramos aquelas situações típicas de Estados ditatoriais, como o acesso a informações pessoais dos opositores do regime e a proibição de críticas ao sistema vigente. Entre os dois extremos, encontramos uma grande variedade de situações nas quais os limites entre regulamentação e censura, de-

feita da sociedade e autoritarismo do Estado não ficam claros.

Onde o diálogo é mais importante.

Temos uma enorme “zona cinzenta” entre aquilo que consensualmente não pode ser permitido e aquilo que, também consensualmente, não pode ser proibido ou controlado. Quanto mais plural é uma sociedade, maior se torna essa “zona cinzenta” – e o pluralismo é um resultado inevitável da liberdade. Além disso, aquele que é censurado raras vezes se reconhece autor de uma contravenção – e a história muitas vezes mostra que o considerado ilícito no passado se tornou totalmente válido e incontestável no presente.

O Papa Francisco, por exemplo, sempre deixou evidente a posição da Igreja de reconhecer os direitos das pessoas homossexuais e acolhê-las: “Se uma pessoa homossexual é de boa vontade e está à procura de Deus, eu não sou ninguém para julgá-la [...] Na vida, Deus acompanha as pessoas e nós devemos acompanhá-las a partir da sua condição. É preciso acompanhar com misericórdia” ([Entrevista ao Padre Antonio Spadaro](#), 19/ago/2013). Contudo, também se referiu criticamente à ideologia de gênero: “A complementaridade entre o homem e a mulher, ápice da criação divina, é hoje posta em discussão pela chamada ideologia de gênero, em nome de uma sociedade mais livre e justa. As diferenças entre homem e mulher não visam à oposição nem à subordinação, mas à comunhão e à geração, sempre à imagem e semelhança de Deus” ([Discurso aos bispos de Porto Rico](#), 8/jun/2015); “uma coisa é que a pessoa tenha essa tendência, essa opção, e há também aqueles que mudam de sexo; e outra coisa é ministrar o ensino nas escolas nessa linha, para mudar a mentalidade. A isto chamo colonizações



Efeito de ilusão de ótica

David/Pixabay

ideológicas” ([Entrevista no retorno da visita à Geórgia e ao Azerbaijão](#), 2/out/2016). Nesse caso, o limite entre a defesa da dignidade da pessoa, seja qual for sua condição, e a imposição ideológica de uma atitude particular aos demais pode ser facilmente manipulado, atentando contra a liberdade e o direito das pessoas para um lado ou para outro.

Outro exemplo: no passado, posições racistas consideravam os pretos inferiores biologicamente, menos inteligentes e merecedores de uma condição subalterna, enquanto o machismo considerava que as mulheres não tinham condições nem direito ao voto e à vida pública. Hoje, essas duas posições são consideradas falsas e ilegais. Como saber se ideias tidas como ilícitas não serão aquelas reconhecidas no futuro? Como evitar distorções sem deixar de estar aberto às mudanças positivas?

Quando nos encontramos nessa grande “zona cinzenta”, a censura não é uma alternativa adequada. O conteúdo censurado pode ser perigoso e danoso para as pessoas individualmente e para a sociedade em seu conjunto, mas pode acontecer exatamente o contrário: o poder está tentando calar a verdade que o incomoda. Além disso, mesmo o debate criado a partir de uma ideia falsa pode ajudar a se descobrir a verdade. Mas a simples liberação de qualquer conteúdo polêmico é potencialmente danosa se não está garantido o direito de objeção, a possibilidade de expressar a posição contrária em igualdade de condições; ou se não se respeita as etapas de desenvolvimento intelectual e psicológico, oferecendo a crianças situações com as quais ainda não conseguem trabalhar adequadamente.

Normas e regulamentações devem garantir a igualdade de acesso aos canais de comunicação e evitar o abuso do poder dentro das mídias; favorecer ao diálogo, livre e responsável.

Fake news e o Inimigo que está dentro de nós

Francisco Borba
Ribeiro Neto*

Nosso cérebro “procura” estímulos prazerosos na realidade circundante e nos recompensa com doses maiores de dopamina, um hormônio associado à sensação de prazer. [As redes sociais e as mídias atuais são em grande parte planejadas para satisfazer a essa busca de estímulos e de excitação.](#) O poder de dar um *like* ou *dislike* em uma postagem, o aumento do número de seguidores, a profusão de bichinhos fofos, dancinhas e piadinhas, até mesmo as informações chocantes nos estimulam e nos excitam. Também podem causar apreensão e ansiedade, mas o efeito final é sempre viciante, nos levando a ficar cada vez mais dependentes e condicionados pelas redes sociais, cada vez menos acrílicos com relação às informações e aos estímulos que recebemos.

Esse não é um comportamento exclusivo perante as redes sociais e mídias atuais. Os fabricantes de salgadinhos e refrigerantes há muito incluem substâncias viciantes em seus produtos. Intuitivamente, cozinheiros procuravam fazer a mesma coisa em seus cardápios, bem como políticos demagogos e populistas em seus discursos. A grande mudança, ao longo do tempo, é que um processo que era intuitivo passou a ser cada vez mais planejado cientificamente: o que atingia um pequeno grupo específico agora atinge a população mundial.

Também os influenciadores agem assim, nas disputas ideológicas e “guerras culturais”. Eles também sabem, muitas vezes de forma intuitiva e não

Pensamos que a luta contra as ideologias e as fake news é uma batalha contra um inimigo externo, mas ela começa dentro de nós, como capacidade de discernimento, de olhar o mundo com os olhos de Cristo. Uma capacidade de ver com amor, sem com isso esquecer a verdade; de propor a verdade, sem enraivecer-se com quem pensa diferente; de realizar-se e se alegrar, dentro do mundo, com as coisas do mundo, mas a partir do encontro com Deus.



DALÍ, Salvador. Tentações de Santo Antônio

Reprodução

programada, que devem gerar indignação para com o comportamento e as ideias do adversário, trazer para seus seguidores o prazer de se considerarem mais sábios que os demais, capazes

de apontar erros alheios, se sentindo justificados e iluminados. Para isso, influenciadores e líderes políticos recorrem, frequentemente, à construção de “espantalhos ideológicos”, visões

esquemáticas, reduzidas e até adulteradas de seus adversários. Tais espantalhos são fáceis de criticar e bater, dando aos seguidores do influenciador a impressão de que o adversário é realmente ignóbil, que eles são realmente mais inteligentes e dignos do que aqueles que pensam diferente.

“O que torna impuro o homem não é o que entra nele vindo de fora, mas o que sai do seu interior [...] É de dentro do coração humano que saem as más intenções, imoralidades, roubos, assassinatos, adultérios, ambições desmedidas, maldades, fraudes, devassidão, inveja, calúnia, orgulho, falta de juízo. Todas estas coisas más saem de dentro e são elas que tornam impuro o homem” (Mc 7, 15-23). Não percebemos que frequentemente são nossas paixões interiores que nos expõem a influências e dominações ideológicas, que fazem de nós presas fáceis das armadilhas das redes sociais e das *fake news*.

Os Padres do Deserto, monges e eremitas dos primeiros séculos do Cristianismo, falavam sobre os *logismoi* (λογισμοί) – pensamentos impuros, pulsões, que nos afastam de Deus. São correlacionados aos pecados capitais do Catolicismo Romano atual, mas os Padres do Deserto, como Evágrio Pôntico (345-399), insistiam que a luta contra os *logismoi* era uma batalha interior, pois o demônio se aninha, em primeiro lugar, dentro de nós.

* Coordenador do Núcleo Fé e Cultura da PUC-SP.

Opinião

Cuidar de quem cuida

Rodrigo Gastalho Moreira*

No mundo, 80% dos cuidados de longa duração com idosos são providos pelas famílias, em especial pelas mulheres do grupo familiar. Muitas delas têm de abandonar suas profissões para poder cuidar, abdicando de proteção trabalhista e previdenciária. Vale ressaltar: a família tem sido apontada, na literatura, como a principal fonte de apoio e de cuidado com os idosos e deficientes.

sempenho do cuidado, que envolve desde conhecimentos para a realização das atividades básicas de cuidado, até aqueles relativos ao diagnóstico e às complicações das enfermidades dos idosos dependentes.

A despeito disso, os estudos apontam a grande proporção de cuidadores familiares sem qualquer tipo de treinamento ou curso em instituição formal para cuidar de idosos. Embora o cuidador tenha importante participação no modelo assistencial de saúde domiciliar, a maior parte da

população de cuidadores informais ainda carece de informações e de suporte necessário à assistência, o que se constitui fator de risco para a qualidade do cuidado prestado.

Considerando que os cuidadores familiares compartilham de pouca visibilidade, em virtude de déficit de estrutura assistencial e, muitas vezes, da desvalorização do seu trabalho, faz-se oportuno destacar a relevância da criação de políticas públicas para o cuidado sobre a vida dos cuidadores, e da necessidade de se implementar

ações com vistas ao estabelecimento de suportes formais e emocionais para essas pessoas. Por sua vez, no âmbito do sistema de saúde, é de fundamental importância que os enfermeiros e demais profissionais envolvidos possam propiciar orientações aos familiares que cuidem de dependente.

O objetivo dessas intervenções não deve ser apenas o de instrumentalizar os membros familiares como cuidadores, mas como pessoas que também precisam de cuidados.

É de extrema importância garantir e promover o respeito à autonomia e à dignidade do idoso, por meio do apoio ao cuidador familiar – cuidar também de quem cuida, por meio da ampliação do acesso a programas, serviços, benefícios e outras ações públicas que possam trazer melhorias às suas condições de vida, contribuindo, por conseguinte, tanto para o seu bem-estar quanto o das pessoas que recebem os cuidados.

* Advogado, com pós-graduação em Gestão Empresarial pela Universidade Cândido Mendes e pós-graduação em Teologia Aplicada pela Universidade de Oxford, Reino Unido.

Indubitável é que as mudanças demográficas decorrentes do processo de envelhecimento populacional ocorridas na contemporaneidade evidenciam a prevalência de doenças crônicas que atingem, sobretudo, a população idosa e que podem acarretar comprometimento da capacidade funcional desses indivíduos – ou seja, prejuízo na capacidade de realização de suas atividades básicas de vida diária.

Na literatura gerontológica, existe um consenso de que o cuidado pode ser implementado tanto pela família quanto pelos profissionais e pelas instituições de saúde, para designar o tipo de apoio oferecido aos idosos dependentes. Denomina-se cuidador formal o profissional contratado, especialmente treinado, que presta assistência ao idoso com dependência e/ou à família. Designa-se cuidador informal, membro da família ou amigos, vizinhos e voluntários, sem formação específica, não remunerado, que cuida do idoso dependente no contexto familiar.

De acordo com pesquisas, ficou evidente a relação significativa entre o grau de escolaridade e o nível de conhecimento necessário para o de-